

# Gros inicia amanhã diálogo com bancos



O presidente do Banco Central levará a Nova Iorque várias propostas de salvaguarda

— O presidente do Banco Central, Francisco Gros, inicia, amanhã, em Nova Iorque, o processo de negociação da dívida externa brasileira com os banqueiros privados, convencido de que dentre os itens da proposta que apresentará perante o comitê assessor dos bancos, o mais problemático será o que institui cláusulas de salvaguarda que assegurarão financiamento adicional automático sempre que ocorrerem imprevistos que resultem em perdas sensíveis nas exportações ou erosão de reservas.

As salvaguardas a serem propostas pelo Brasil, são basicamente as seguintes:

- 1) — Quebra da safra agrícola que resultará em redução dos excedentes exportáveis de produtos alimentícios;
- 2) — Redução drástica dos preços de exportação das principais “commodities” exportadas pelo país;
- 3) — Aumento substancial e imprevisto nos preços do petróleo no mercado internacional, pressionando as importações do produto pelo Brasil;
- 4) — Elevação imprevista da

taxa de juros internacionais, bem acima da taxa média praticada no momento da formalização do acordo. Atualmente, a taxa média da LCBOR (Taxa Interbancária de Londres) é de 6,5%.

A idéia da introdução das salvaguardas não é nova e já havia sido cogitada no governo anterior, quando as negociações eram conduzidas pelo então presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Posteriormente ela foi absorvida pelos negociadores do governo Sarney, que decidiram incluí-la como ponto importante na proposta de negociação que estava sendo esboçada sob a coordenação do então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Hoje, com o agravamento da crise cambial, ela tornou-se indispensável.

Trata-se, na prática, de uma espécie de gatilho que é automaticamente disparado, em forma da concessão de créditos adicionais pelos Bancos, sempre que, em decorrência de eventos como os mencionados, haja perda de exportações, aumento excepcional de importações e, portanto, redução dos “superávits” comerciais, ou erosão de reservas motivada por

elevações desproporcionais e imprevistas da taxa de juros.

Os bancos sempre resistem em concordar com as salvaguardas, argumentando que eles não podem aumentar, aparentemente sem controle, a “exposure” (nível de empréstimos) em relação a determinados países, por causa de eventos que estão fora de seu controle.

Mas, apesar dessa resistência, algumas concessões já foram feitas nessa área, inclusive em relação ao México, quando ficou acertado, no atual pacote de negociação, que os mexicanos receberiam créditos adicionais automáticos sempre que ocorresse uma sensível perda de receita por causa da depressão dos preços do petróleo.

Os países devedores, além disso, argumentam que o próprio Fundo Monetário Internacional — FMI — possui linhas de crédito de saque automático, as chamadas “credits facilities”, calculadas sobre o montante de DES — Direitos Especiais de Saque (a moeda do fundo) disponível para cada país-membro. Essas linhas de crédito atendem aos países-membros sempre que ocorre uma perda sensível de suas exportações.